Realização:

Apoio:

CONFERÊNCIA NACIONAL LIVRE

MULHER SAÚDE DA

Brasília, 23, 24 e 25 de outubro de 2015

Etapa preparatória para a 15ª Conferência Nacional de Saúde

Relatório Final

Relatório Final

CONFERÊNCIA NACIONAL LIVRE

MULHER SAÚDE DA

Brasília, 23, 24 e 25 de outubro de 2015

Etapa preparatória para a 15ª Conferência Nacional de Saúde

Realização:

Apoio:

DEFENDER O SUS E AMPLIAR OS DIREITOS DAS MULHERES

Entre os dias 23 e 25 de outubro aconteceu, em Brasília, a Conferência Livre sobre a Saúde da Mulher. O evento, preparatório para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, foi construído com o objetivo de proporcionar um espaço para formulação e qualificação do debate sobre a ampliação do acesso à Saúde pública de qualidade, bem como incentivar e ampliar a participação das mulheres no debate e implementação de políticas de saúde e todo o Brasil.

Participaram da construção do evento a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Rede Feminista de Saúde, a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entre outras entidades. A conferência contou ainda com o apoio do Conselho Nacional de Saúde, do SUS, do Ministério da Saúde e do Governo Federal.
Para tratar de temas como direitos da mulher, reformas democráticas e participação social, a valorização do trabalho e da educação em saúde, o respeito à diversidade, transexualidade e opressão, os trabalhos foram divididos em mesas redondas e oficinas, o que possibilitou uma maior interação e troca de ideias e experiências entre as mais de 21 entidades presentes.

Essa iniciativa, sem dúvida, significou um momento fundamental no processo de construção da 15ª Conferência Nacional de Saúde. Num momento político onde encontramos muitas dificuldades para manter as conquistas que obtivemos nos últimos anos, precisamos aprofundar as discussões, reunindo pessoas que trabalham no cotidiano do atendimento da saúde pública. Isso nos ajuda a garantir melhores condições de vida para a mulher simples, do povo, das periferias, trabalhadora.

Fazer um profundo debate sobre políticas públicas sobre a saúde da mulher significa apontar rumos para o Sistema Único de Saúde, hoje tão atacado. É nesse caminho que a Conferência Livre sobre Saúde da Mulher traz para a plenária final da 15ª Conferência de Saúde as propostas concretas daquilo que vai anteder às necessidades específicas das mulheres em todos os cantos do nosso país, para que possamos manter as conquistas e ampliar os nossos direitos.

Conferência Nacional Livre sobre a Saúde da Mulher
Brasília, outubro 2015.

Coordenação Geral

UBM
Lucia Rincon

CONTAG
Alessandra Lunas

RFS
Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos

UNEGRO
Ubirací Matildes de Jesus

REDE SAPATÁ
Verônica Lourenço da Silva

REDE LAI LAI APEJO
Michely Ribeiro da Silva

Manoela Barbosa
Coordenadora Técnica

MOÇÕES

MOÇÃO DE REPUDIO

As entidades abaixo relacionadas, participantes da Conferencia Nacional Livre de Saúde da Mulher, realizada em Brasília de 23 a 25 de outubro de 2015, etapa preparatórias para a 15° Conferência Nacional de Saúde, repudia o Projeto de Lei PL 5069/2013 de autoria dos Deputados Eduardo Cunha do PMDB/RJ, Isaias Silvestre PSB/MG, e João Dado/SP, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça/ CCJ no dia 21 de outubro de 2015, comissão constituída majoritariamente por homens(64) e pela bancada religiosa e apenas 2 mulheres.

O PL 5069/2013 torna crime o anúncio de métodos abortivos e a prestação de auxilio ao aborto, especialmente por parte de profissionais de saúde. O PL 5069/2013 impacta diretamente o atendimento as vitimas de violência sexual, exigindo exame de corpo delito antes de serem atendidas nos serviços de saúde, dificulta o acesso a pílula do dia seguinte e ao aborto nos casos de estupro, bem como a profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis, já prevista na lei 12.845/2 013 que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Este projeto é um dos maiores retrocessos do Brasil para os direitos sexuais e reprodutivos duramente conquistados pelas mulheres.

MOCÃO DE REPUDIO

As entidades abaixo relacionadas, participantes da Conferencia Nacional Livre de Saúde da Mulher, realizada em Brasília de 23 a 25 de outubro de 2015, etapa preparatórias para a 15° Conferência Nacional de Saúde, repudia a Proposta de Emenda Constitucional PEC n° 99/2011 de autoria de João Campos PSD/GO, que dispõe sobre a capacidade postulatória das associações religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos perante a Constituição Federal.

Assinam as entidades

1. Rede Feminista De Saúde
2. União brasileira de mulheres
3.Rede Sapatá
4. ANTRA
5. LBL LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS
7.MMC- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS
8. UNEGRO
9. FETAG-BA
10. FORUM NACIONAL DE MULHERES NEGRAS
11. CUT
12. GRUPO DE MULHERES BRASILEIRAS
13.FORUM DE MULHERES DA AMZONIA PARAENSE
14.FETAG- RORAIMA
14. CANDACES-BR
15. FETAG CEARÁ
16.UJS
17 ICW BRASIL- COMUNIDADE DE MULHERES VIVENDO COM AIDS

ÍNDICE

O PROJETO 04

MESA REDONDA 05

As Mulheres, as Reformas Democráticas e Populares, a Participação Social e a defesa do SUS 05

O direito à saúde, acesso e atenção com respeito à diversidade 06

A saúde das mulheres e a valorização do trabalho e da educação em saúde 07

OFICINAS: 08

Saúde da mulher "Dona Esqueleta" 08

Valorização do trabalho e da educação em saúde 09

Transexualidade: uma nova questão ao feminismo 10

A primeira opressão a gente nunca se esquece 11

RELATÓRIO FINAL 12

Direito à saúde garantia de acesso e atenção de qualidade. 12

Participação e controle social. 13

Valorização do trabalho e da educação em saúde 14

Financiamento do SUS e relação público-privado 14

Gestão do SUS e modelos de atenção à saúde 15

Informação, educação e política de comunicação do SUS. 16

Eixo temático transversal. Reformas democráticas e populares do estado 17

MOÇÕES 18

COORDENAÇÃO GERAL 19

EXPEDIENTE:

Coordenação Geral

UBM
CONTAG
RFS
UNEGRO
REDE SAPATÁ
REDE LAI LAI APEJO

Coordenação Executiva

UBM

Texto

Artur Dias

Revisão

Artur Dias

Editoração e projeto gráfico

Adalberto Meira

Fotografia

Adalberto Meira, Alberto Meira e Artur Dias

Impressão

SIMSERVIÇOS

Tiragem

1.000 exemplares

Produção Gráfica

SIMSERVIÇOS

O PROJETO

A construção da Conferência Livre sobre a Saúde da Mulher tem o objetivo central de proporcionar às lideranças, gestoras e estudiosas da saúde da mulher, espaço para formulação e qualificação do debate sobre ampliação do acesso à Saúde pública de qualidade, especialmente nos aspectos relacionados com a saúde integral da mulher, fortalecendo a participação destes coletivos no processo das Conferências de Saúde em 2015, através da realização da Conferência Nacional Livre Sobre a Saúde das Mulheres.

Além disso, pretende-se mobilizar as lideranças mulheres para participação das conferências estaduais e nacional de saúde, promover a discussão sobre os direitos sociais e políticas públicas de acesso à saúde da mulher brasileira dentro e fora do SUS, debater estratégias para ampliação do acesso dos usuários ao processo de atenção à saúde por parte dos profissionais, dando especial ênfase ao trabalho realizado pelas mulheres, discutir estratégias eficazes para o monitoramento e o acompanhamento de políticas públicas relacionadas com a saúde integral da mulher e estabelecer uma pauta de propostas para a qualificação das mulheres trabalhadoras em saúde e sua participação nos espaços de controle social, decidir e estabelecer pauta de propostas para subsidiar a intervenção das mulheres feministas na Conferência Nacional de Saúde

Com esses objetivos em mente e através da realização de mesas redondas e oficinas, a Conferência Livre sobre a Saúde da Mulher tornou-se um espaço fundamental para incentivar a ampliação da participação das mulheres na discussão e implementação de políticas de saúde, em todo o Brasil, fortalecendo o controle social e consolidando a saúde que queremos viabilizar, ou seja, pública, de qualidade e com um SUS universal, integral e equânime.

Outra meta do evento foi intensificar o monitoramento das ações e estratégias relacionadas com a Saúde Integral da Mulher, a fim de garantir a equidade conforme indica a carta de princípios do SUS, bem como fomentar a participação nas conferências estaduais de saúde, participação representativa de mulheres de todas as principais regiões do Brasil, com o intuito de aprovar documento nacional para a defesa das propostas relacionadas com o movimento feminista.

15ª Conferência Nacional de Saúde, que citaremos a continuação.

I. DIREITO À SAÚDE, GARANTIA DE ACESSO E ATENÇÃO DE QUALIDADE.

1. Defesa e fortalecimento do Programa "Mais Médicos" e mais especialidades;

2. Combater a mortalidade materna, dando mais visibilidade à luta necessária pela legalização e descriminalização do aborto como uma questão de saúde pública e o combate sistemático ao racismo institucional, que gera entres tantas mazelas, a violência obstétrica;

3. Luta contra o PL 5069/2013 que dificulta o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual no Sistema Único de Saúde, bem como a PEC99/2011 que autoriza entidades religiosas a propor Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao STF;

4. Implementação e universalização dos direitos sexuais, dos direitos reprodutivos (do planejamento familiar) e dos métodos contraceptivos;

5. Lutar pela universalização da prevenção e tratamento do câncer de colo de útero e câncer de mama;

6. Desenvolver, em especial, todas as ações previstas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM);

7. Garantir a efetivação de políticas de humanização (PNAISM) ao pré-natal, parto e puerpério, visando combater a violência obstétrica e eliminar a mortalidade materna;

8. Garantir a efetivação das políticas de prevenção, cuidado e enfrentamento à violência contra mulheres (PNAISM), de forma intersetorial, dando inclusive cumprimento à

Nacional de Saúde

As mulheres constituem a maioria da população brasileira e são as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme indicado no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Somos, portanto, um segmento social fundamental para as políticas de saúde, especialmente porque as históricas desigualdades de poder entre mulheres e homens implicam em forte impacto nas condições de saúde das mulheres.

Associadas às questões referentes às relações sociais de gênero, outras variáveis e suas interseccionalidades como raça, etnia, situação de pobreza, orientação sexual, idade, aprofundam ainda mais as desigualdades vividas pelas mulheres, exigindo do SUS cada vez mais o olhar para este segmento da população.

Assim, recomendamos a transversalização das especificidades de raça etnia, orientação sexual e geracional, mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo, da floresta, das águas, da cidade, ciganas, jovens, idosas, mulheres com deficiência, em situação de rua, em situação de prostituição e prostitutas, bissexuais, lésbicas, transexuais, de povos e comunidade tradicionais e mulheres vivendo com HIV AIDS.

Neste sentido, a intersecção de duas políticas de estado como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e o Plano Nacional de Políticas Publicas para Mulheres (PNPM), servem como subsidio para balizar a discussão do processo de construção da Conferencia Nacional Livre sobre a Saúde a Mulher, nos marcos da realização da 15ª Conferencia Nacional de Saúde.

Esta conferência é parte de uma caminhada de amadurecimento coletivo da construção de políticas públicas de saúde em nosso país, que teve um grande marco histórico que foi a realização da Conferencia Nacional de Saúde da Mulher realizada em 1986, consistindo em um espaço de formulação e qualificação do debate sobre a ampliação do acesso das mulheres à saúde pública de qualidade.

Nesta Conferência Nacional Livre sobre a Saúde da Mulher, a produção das mesas e dos debates foi rica em contribuições e expressou a diversidade na composição das participantes. Também apontou para a necessidade de considerar as especificidades das mulheres em sua diversidade.

Dessa diversidade, extraímos inúmeras propostas que reforçam as diretrizes técnico-políticas para a atenção à saúde das mulheres no país e, contribuem para a reflexão orientada pelos eixos temáticos da

Mesa Redonda:

As Mulheres, as Reformas Democráticas e Populares, a Participação Social e a defesa do SUS

Coordenação da Mesa: UBM

Maria do Socorro
Presidenta do Conselho Nacional de Saúde

Rurany Silva
Secretária Especial de Políticas para as Mulheres
Coordenadora Geral de Saúde

Alessandra Nunas
CONTAG

A 15ª Conferência Nacional de Saúde acontece num contexto político e econômico de ameaças a Constituição Federal, à democracia participativa e de um ajuste fiscal que compromete as políticas sociais, especialmente a de saúde. O reflexo dessa política é a redução e o fechamento de diversos serviços de saúde, o que pode representar um verdadeiro colapso na saúde brasileira.

"A nossa ênfase, enquanto Conselho Nacional de Saúde, é que toda a luta para avançar nas políticas públicas de saúde para as mulheres só tem viabilidade com a garantia do estado democrático de direito. A saída para a crise econômica e política tem sido um ajuste fiscal que promove cortes brutais, especialmente na saúde".

Maria do Socorro

«É importante recuperarmos o tema "Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro". Nos mulheres queremos ser cuidadas, através de uma atenção de qualidade e integral, para isso temos a Política Nacional de Atenção a Integral à Saúde da Mulher – PNAISM e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM 2013-2015."

Rurany Silva

""A importância de termos um espaço de debate como esse vai muito além da nossa intervenção na conferência nacional de saúde. Nós ainda temos várias conferências pela frente e esse momento onde as mulheres se articulam e dialogam é fundamental".".

Alessandra Lunas

Mesa Redonda:

O direito à saúde, acesso e atenção com respeito à diversidade

Coordenação da Mesa: CONTAG

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos
Rede Feminista de Saúde

Ubirací Matildes de Jesus
União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)

Ioná Cardoso
Rede SAPATÁ

É fundamental que, tanto na elaboração de políticas públicas de saúde quanto no atendimento feito pela rede do Sistema Único de Saúde, as experiências das lutas que reforçam a identidade da mulher negra, trabalhadora, do campo, da cidade, das florestas, das águas, indígenas, pescadoras, com deficiência, lésbicas, bissexuais, transexuais e de todas as idades precisam estar presentes, para que os serviços de saúdes sejam amplos o suficiente para atender a todas as especificidades da mulher brasileira.

É importante compreender que, se tivermos um atendimento humanizado do SUS, as mulheres que possuem uma identidade masculina serão melhor acolhidas pelos serviços de saúde, evitando que elas adoeçam e morram de câncer no colo do útero e câncer de mama, por exemplo

Ioná Cardoso

A nossa política de atenção integral à saúde da mulher está paralisada. Só conseguiremos avançar nesse ponto sentando e dando as mãos com outras mulheres que eu nem conheço, de todos os cantos do Brasil, e que possuem as mais diversas experiências de luta.

Maria do Espirito Santo Tavares dos Santos

"Estar aqui, enquanto participante do movimento social feminista negro, é fundamental para que possamos enriquecer o debate. Nós sabemos que, se não focarmos nas questões específicas, as visões reacionárias daqueles que são a favor da privatização do SUS vão prevalecer"

Ubirací Matildes de Jesus

mulheres - além de outras populações vulneráveis. As ações podem incluir a eliminação dos obstáculos legais e políticos, redução da discriminação em contextos de cuidados de saúde, abordagem das necessidades específicas de meninas e mulheres, redução da violência e garantia ao acesso à justiça, entre outras);

10. Denúncia e combate ao uso de agrotóxicos, e manutenção da origem e transgenia nos rótulos dos produtos. Incentivo à compra de alimentos e produtos oriundos da agricultura familiar, comunidades quilombolas e povos de comunidades tradicionais, sem agrotóxicos e sem hormônios, em um mínimo de 30% das compras totais do sistema SUS em respeito às recomendações da ONU;

11. Consolidação de uma política de redução de danos para usuárias de drogas lícitas e ilícitas. Descriminalização do uso de drogas tratando a situação da dependência como questão de saúde pública;

II. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

12. Realizar a 2ª Conferência Nacional sobre a Saúde das Mulheres;

III. VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

13. Fortalecer a parceria e transversalidade entre as políticas públicas de saúde e educação de forma a contribuir com o debate de gênero, raça, classe e os direitos sexuais e direitos reprodutivos da mulher;

14. Repudiar toda e qualquer forma de privatização da saúde e de precarização das relações de trabalho;

15. Convocar as/os trabalhadoras/es do SUS para ocupar o cotidiano do trabalho em saúde como sujeitos políticos comprometidos com a transformação das narrativas de impossibilidade da eficácia da saúde pública;

IV. FINANCIAMENTO DO SUS E RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO

16. Fortalecer o SUS é fortalecer a democracia. Em defesa do Sistema Único de Saúde, contra a terceirização, privatização e entrada do capital estrangeiro no SUS;

17. Garantir financiamento público do SUS para uma saúde de qualidade, a partir das proposições do movimento Saúde + 10, e da utilização de um percentual de recursos do pré-sal e taxação de grandes fortunas;

V. GESTÃO DO SUS E MODELOS DE ATENÇÃO À SAÚDE

18. Ampliação e interiorização do SUS, assegurando o acesso integral à saúde de todas as mulheres (negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo, da floresta, das águas, da cidade, ciganas, jovens, idosas, mulheres com deficiência, em situação de rua, em situação de prostituição

Etapa Preparatória da 15ª Conferencia Nacional de Saúde

As mulheres constituem a maioria da população brasileira e são as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme indicado no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Somos, portanto, um segmento social fundamental para as políticas de saúde, especialmente porque as históricas desigualdades de poder entre mulheres e homens implicam em forte impacto nas condições de saúde das mulheres.

Associadas às questões referentes às relações sociais de gênero, outras variáveis e suas interseccionalidades como raça, etnia, situação de pobreza, orientação sexual, idade, aprofundam ainda mais as desigualdades vividas pelas mulheres, exigindo do SUS cada vez mais o olhar para este segmento da população.

Assim, recomendamos a transversalização das especificidades de raça etnia, orientação sexual e geracional, mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo, da floresta, das águas, da cidade, ciganas, jovens, idosas, mulheres com deficiência, em situação de rua, em situação de prostituição e prostitutas, bissexuais, lésbicas, transexuais, de povos e comunidade tradicionais e mulheres vivendo com HIV AIDS.

Neste sentido, a intersecção de duas políticas de estado como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e o Plano Nacional de Políticas Publicas para Mulheres (PNPM), servem como subsidio para balizar a discussão do processo de construção da Conferencia Nacional Livre sobre a Saúde a Mulher, nos marcos da realização da 15ª Conferencia Nacional de Saúde.

Esta conferência é parte de uma caminhada de amadurecimento coletivo da construção de políticas públicas de saúde em nosso país, que teve um grande marco histórico que foi a realização da Conferencia Nacional de Saúde da Mulher realizada em 1986, consistindo em um espaço de formulação e qualificação do debate sobre a ampliação do acesso das mulheres à saúde pública de qualidade.

Nesta Conferência Nacional Livre sobre a Saúde da Mulher, a produção das mesas e dos debates foi rica em contribuições e expressou a diversidade na composição das participantes. Também apontou para a necessidade de considerar as especificidades das mulheres em sua diversidade.

Dessa diversidade, extraímos inúmeras propostas que reforçam as diretrizes técnico-políticas para a atenção à saúde das mulheres no país e, contribuem para a reflexão orientada pelos eixos temáticos da

Mesa Redonda:

A saúde das mulheres e a valorização do trabalho e da educação em saúde

Coordenação da Mesa: Rede Feminista de Saúde

Suely Oliverira
Diretora do DAGEP/SGEP/MS

Ivete Barreto
Presidenta do COREN GO

Para abordar a questão da saúde da mulher é necessário também considerar a relação da mulher consigo mesma, com o(a) outro(a) e com a sociedade, fazendo um recorte do perfil dos profissionais e trazendo a questão do gênero do ponto de vista da especificidade tanto no atendimento, quanto na formação acadêmica/profissional dos(das) trabalhadores(as) de saúde.

A enfermagem é uma profissão predominantemente feminina. Mais de 80% dos profissionais são mulheres. Não é fácil para as profissionais que vivem sobrecarregadas, com baixos salários e com o trabalho precarizado, fazer esse recorte de gênero no cotidiano. É preciso pensar na elaboração de políticas públicas que auxiliem as enfermeiras a realizar esse atendimento, considerando as especificidades das mulheres.

Ivete Barreto

Desenvolvi a minha fala a partir de uma breve retrospectiva histórica sobre a saúde no Brasil, passando pela Ditadura Militar e a expansão da rede hospitalar privada, a importância e o papel que teve a 8ª Conferência Nacional de Saúde para a criação do Sistema Único de Saúde e também para a saúde das mulheres.

Suely Oliveira

OFICINAS

As oficinas foram organizadas observando a seguintes diversidades: mulheres em situação de rua, das aguas, negras, deficientes, rurais, ciganas e indígenas, gestoras e movimento feminista, com o objetivo de proporcionar um ambiente destinado à exposição, troca de ideias e apontamento de diretrizes para a elaboração de políticas públicas.

Saúde da mulher "Dona Esqueleta"

O objetivo é oferecer, de forma interativa, informações técnicas sobre o funcionamento do corpo do ponto de vista sistêmico em consideração ao ser humano em suas características físicas, emocionais e psíquicas. A intenção é tratar a saúde preventiva referente às doenças preveníveis indicadas pelo Ministério da Saúde, quais sejam, doenças sexualmente transmissíveis e Aids (DSTs/Aids), sedentarismo, tabagismo, alcoolismo e câncer de mama e do colo do útero.

Facilitadora – Rita Poli

Também apontou para a necessidade de considerar as especificidades das mulheres em sua diversidade.

Dessa diversidade, extraímos inúmeras propostas que reforçam as diretrizes técnico-políticas para a atenção à saúde das mulheres no país e, contribuem para a reflexão orientada pelos eixos temáticos da 15ª Conferência Nacional de Saúde, que citaremos a continuação.

I. DIREITO À SAÚDE, GARANTIA DE ACESSO E ATENÇÃO DE QUALIDADE.

1. Defesa e fortalecimento do Programa "Mais Médicos" e mais especialidades;

2. Combater a mortalidade materna, dando mais visibilidade à luta necessária pela legalização e descriminalização do aborto como uma questão de saúde pública e o combate sistemático ao racismo institucional, que gera entres tantas mazelas, a violência obstétrica;

3. Luta contra o PL 5069/2013 que dificulta o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual no Sistema Único de Saúde, bem como a PEC99/2011 que autoriza entidades religiosas a propor Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao STF;

4. Implementação e universalização dos direitos sexuais, dos direitos reprodutivos (do planejamento familiar) e dos métodos contraceptivos;

5. Lutar pela universalização da prevenção e tratamento do câncer de colo de útero e câncer de mama;

6. Desenvolver, em especial, todas as ações

previstas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM);

7. Garantir a efetivação de políticas de humanização (PNAISM) ao pré-natal, parto e puerpério, visando combater a violência obstétrica e eliminar a mortalidade materna;

8. Garantir a efetivação das políticas de prevenção, cuidado e enfrentamento à violência contra mulheres (PNAISM), de forma intersetorial, dando inclusive cumprimento à Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviço de saúde público ou privado;

9. Cumprir as metas acordadas no chamado à ação do Segundo Fórum Latino-Americano e Caribenho sobre o tratamento contínuo do HIV: "aprimorando a prevenção combinada do HIV a fim de fortalecer a continuidade da prevenção e do tratamento" do qual o governo brasileiro é signatário, em especial os itens 7 (reiteração do compromisso de eliminar a transmissão vertical do HIV e sífilis, destacando o sucesso de Cuba como o primeiro país do mundo a ter alcançado a eliminação de ambas as

RELATÓRIO FINAL

RELATÓRIO CONFERÊNCIA NACIONAL LIVRE SOBRE A SAÚDE DA MULHER

Etapa Preparatória da 15ª Conferencia Nacional de Saúde

As mulheres constituem a maioria da população brasileira e são as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme indicado no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Somos, portanto, um segmento social fundamental para as políticas de saúde, especialmente porque as históricas desigualdades de poder entre mulheres e homens implicam em forte impacto nas condições de saúde das mulheres.

Associadas às questões referentes às relações sociais de gênero, outras variáveis e suas interseccionalidades como raça, etnia, situação de pobreza, orientação sexual, idade, aprofundam ainda mais as desigualdades vividas pelas mulheres, exigindo do SUS cada vez mais o olhar para este segmento da população.

Assim, recomendamos a transversalização das especificidades de raça etnia, orientação sexual e geracional, mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo, da floresta, das águas, da cidade, ciganas, jovens, idosas, mulheres com deficiência, em situação de rua, em situação de prostituição e prostitutas, bissexuais, lésbicas, transexuais, de povos e comunidade tradicionais e mulheres vivendo com HIV AIDS.

Neste sentido, a intersecção de duas políticas de estado como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e o Plano Nacional de Políticas Publicas para Mulheres (PNPM), servem como subsidio para balizar a discussão do processo de construção da Conferencia Nacional Livre sobre a Saúde a Mulher, nos marcos da realização da 15ª Conferencia Nacional de Saúde.

Esta conferência é parte de uma caminhada de amadurecimento coletivo da construção de políticas públicas de saúde em nosso país, que teve um grande marco histórico que foi a realização da Conferencia Nacional de Saúde da Mulher realizada em 1986, consistindo em um espaço de formulação e qualificação do debate sobre a ampliação do acesso das mulheres à saúde pública de qualidade.

Nesta Conferência Nacional Livre sobre a Saúde da Mulher, a produção das mesas e dos debates foi rica em contribuições e expressou a diversidade na composição das participantes.

Valorização do trabalho e da educação em saúde

Oficina que definiu e explicou conceitualmente saúde do trabalhador e tratou dos Princípios e Diretrizes para a Norma Operacional Básica de recursos humanos para o SUS (NOB-RH/SUS). Citei autoras que pesquisam e trabalham com o tema.

Facilitadora – Suely Oliveira

Pensar em pessoas "Trans" e feminismo têm, como raciocínio inicial, os efeitos de corpos e sua transformação que emergem na modernidade através da reiteração da matriz heterossexual constituída ao mesmo tempo pela dominação masculina e pela exclusão das homossexualidades e das identidades de gêneros. E para pensar na exclusão de alguns segmentos populacionais, como de travestis e transexuais temos que elaborar um conjunto de proposições que subsidiem políticas públicas em todos os âmbitos e estimular o debate sobre a inclusão da população de travesti e transexuais

Facilitadora – Beth Fernandes

Transexualidade: uma nova questão ao feminismo

A primeira opressão a gente nunca se esquece

"Oficina que permite a reflexão sobre a opressão de gênero, e a ressignificação da participação das partes nestes eventos opressivos. Participaram desta oficina 14 mulheres de origens diversas, que a partir dos atos relatados, debateram as várias formas de violências sofridas pelas mulheres e as estratégias de superação das violências sofridas."

Facilitadora – Carmen Lúcia Luiz